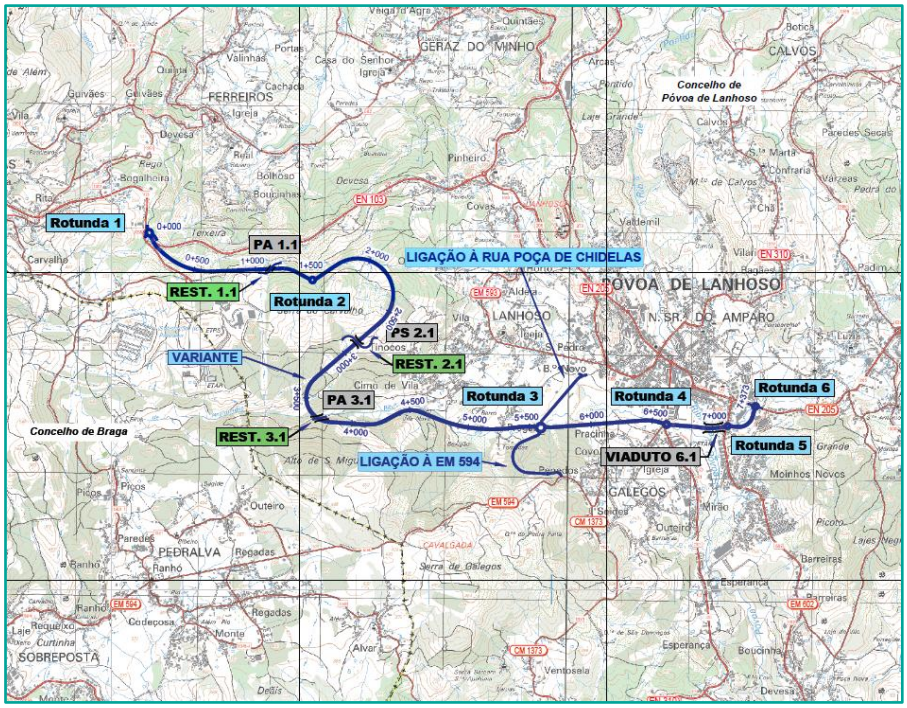
RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA



Avaliação de Impacte Ambiental n.º 3863

Variante à EN103 e ER205

Agosto de 2026

Título: Relatório de Consulta Pública
Variante à EN103 e ER205
AIA 3863

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental
Divisão de Cidadania Ambiental
Miguel Couchinho

Data: Agosto de 2026

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 3

2. O PROJETO 3

3. LOCALIZAÇÃO 3

4. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA 4

5. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA 4

6. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO 5

7. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS 5

8. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS 6

1. INTRODUÇÃO

Este procedimento de AIA encontra-se enquadrado no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação (alterações pelo diploma Simplex Ambiental – Decreto-Lei n.º 11/2023 de 10 de fevereiro); (Anexo II, 10e) Construção de estradas, portos e instalações portuárias, incluindo portos de pesca (não incluídos no anexo I).

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação, procedeu-se à consulta pública do estudo de impacte ambiental do projeto "AIA3863 - Variante à EN103 e ER205".

O proponente do projeto, assim como a entidade licenciadora, ou competente para a autorização, é a Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso, e a autoridade de avaliação de impacte ambiental é a Agência Portuguesa do Ambiente.

2. O PROJETO

A nova estrada (Variante), no município de Póvoa de Lanhoso, inicia-se na EN 103, no atual entroncamento com a rua do Carvalho, e termina na ER205, numa extensão total aproximada de 7,4 km. Engloba, ainda, uma estrada de ligação à EM 594, próximo de Galegos, com uma extensão de aproximadamente 0,93 km, e uma estrada de ligação à Rua Poça de Chidelas.

Fonte: Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental

3. LOCALIZAÇÃO

O Projeto localiza-se no concelho de:

- Póvoa de Lanhoso (Freguesia de Ferreiros, Freguesia de Lanhoso, Freguesia de Galegos, e Freguesia de Póvoa de Lanhoso (Nossa Senhora do Amparo))

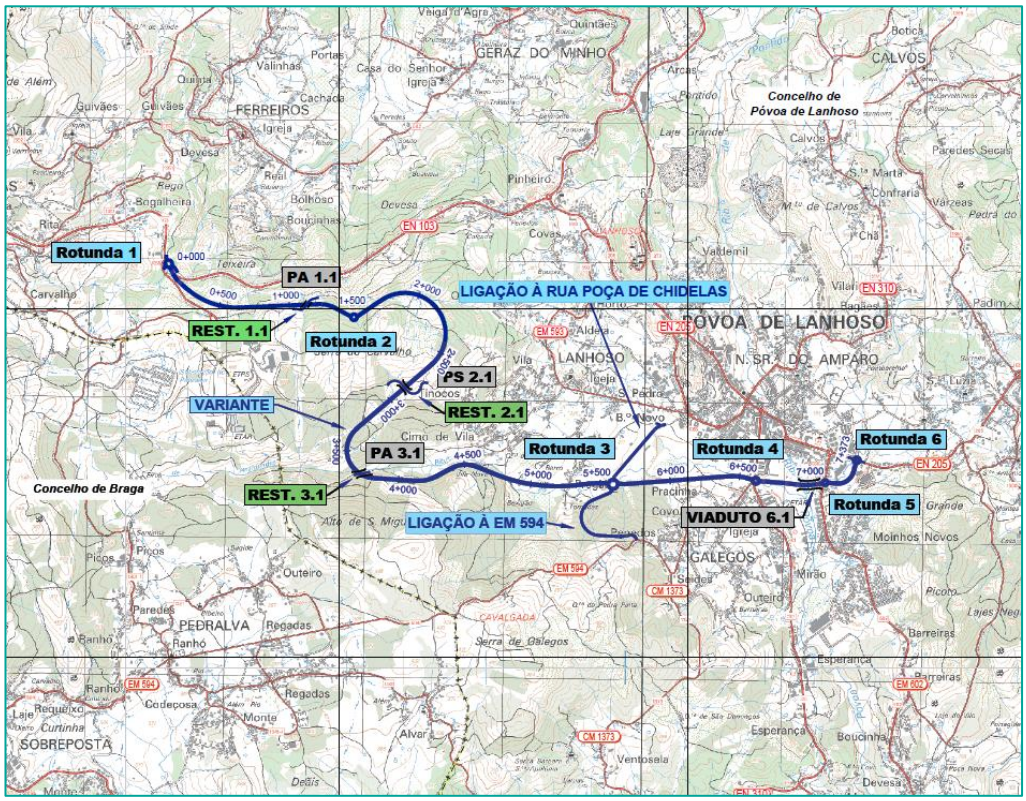


Figura 1 *– Localização do projeto*

Fonte: Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental

4. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A Consulta Pública decorreu durante 30 dias úteis, de 25 de junho a 5 de agosto de 2026.

5. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

O Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi disponibilizado para consulta nos seguintes portais: Agência Portuguesa do Ambiente (apambiente.pt); Participa.pt.

Foram remetidos anúncios de consulta pública para as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia da área de implantação do projeto, nomeadamente:

Distrito de Braga

• Póvoa de Lanhoso
  • Freguesia de Ferreiros
  • Freguesia de Lanhoso
  • Freguesia de Galegos
  • Freguesia de Póvoa de Lanhoso (Nossa Senhora do Amparo)

6. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação do Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico, foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios nas seguintes entidades:
  - Agência Portuguesa do Ambiente;
  - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;
  - Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia da área de implantação do projeto
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social de âmbito nacional;
- Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal PARTICIPA.PT;
- Envio de comunicação às ONGA inscritas no RNOE;

7. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Durante o período de Consulta Pública foram recebidas **12** exposições com a seguinte proveniência:

Cidadãos:

6 exposições particulares

Entidades da Administração Local:

- Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso
- Junta de Freguesia de Galegos
- Junta de Freguesia de Lanhoso

Outros:

- Comissão Política Concelhia do PSD da Póvoa de Lanhoso
- Membros eleitos da Assembleia de Freguesia de Lanhoso pelo PSD
- Movimento Cívico-Político "Os Independentes"

8. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

A consulta pública do projeto "Variante à EN103 e ER205" revelou posições maioritariamente favoráveis à melhoria da mobilidade e da segurança rodoviária, mas divididas quanto ao traçado proposto, com alguns contributos a destacarem os seus benefícios para o desenvolvimento territorial e económico, enquanto outros questionam os impactes ambientais, sociais e agrícolas e defendem uma análise mais aprofundada de alternativas.

Os cidadãos manifestam discordância relativamente ao traçado proposto, considerando que os seus impactes ambientais, territoriais e sociais não estão suficientemente justificados nem mitigados. Entre as principais preocupações destacam-se a afetação de áreas agrícolas e ecológicas sensíveis, a fragmentação de habitats, os riscos para espécies protegidas, a alteração da paisagem e potenciais efeitos negativos na qualidade de vida, decorrentes do ruído e da poluição. Os participantes questionam igualmente a robustez dos estudos apresentados e defendem que não foi demonstrado que a solução escolhida seja a alternativa de menor impacto, propondo a análise de traçados alternativos ou a melhoria das infraestruturas existentes. Embora reconheçam a necessidade de melhorar a mobilidade, entendem que o projeto carece de uma fundamentação mais sólida e de um melhor equilíbrio entre benefícios de acessibilidade e custos ambientais, sociais e agrícolas.

As entidades apresentaram posições divergentes. A Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso, a Junta de Freguesia de Galegos e a Junta de Freguesia de Lanhoso manifestaram-se favoravelmente ao projeto, considerando a variante uma infraestrutura estratégica para melhorar a mobilidade, a segurança rodoviária, a acessibilidade às zonas industriais e aos serviços, bem como para promover o desenvolvimento económico, o investimento e a criação de emprego. Em sentido contrário, a Comissão Política Concelhia do PSD da Póvoa de Lanhoso, os membros eleitos do PSD na Assembleia de Freguesia de Lanhoso e o Movimento Cívico-Político "Os Independentes" levantaram reservas quanto ao traçado proposto, salientando os impactes sobre solos agrícolas e ecológicos, recursos hídricos, qualidade de vida e organização do território. Estas entidades não contestam, em geral, a necessidade da obra, mas defendem uma demonstração mais clara da adequação da solução escolhida, a avaliação de alternativas menos impactantes e uma melhor fundamentação da proporcionalidade entre os benefícios esperados e os custos ambientais, sociais e territoriais associados.

6 cidadãos manifestam a sua discordância. As participações convergem na contestação do traçado atualmente proposto para a Variante à EN103 e ER205, considerando que os seus impactes ambientais, territoriais e sociais não se encontram devidamente justificados nem mitigados. Os contributos expressam preocupação com a afetação de áreas agrícolas e ecológicas sensíveis, a destruição de habitats, a fragmentação dos ecossistemas e os riscos para espécies protegidas, bem como com a alteração do caráter rural e da qualidade ambiental do território.

Vários participantes questionam a suficiência e o rigor dos estudos apresentados, defendendo que não foi demonstrado de forma convincente que a solução escolhida seja a alternativa de menor impacto. São apontados potenciais efeitos negativos sobre linhas de água, solos integrados na RAN e REN, biodiversidade, património natural e paisagístico, bem como riscos associados ao ruído, à poluição atmosférica e à saúde das populações residentes.

As críticas incidem também sobre a conceção técnica da variante, considerada excessivamente intrusiva, onerosa e, em alguns troços, pouco eficiente do ponto de vista funcional e da segurança rodoviária. Alguns contributos defendem que existem alternativas mais adequadas, quer através da reformulação do traçado, quer pela melhoria das infraestruturas rodoviárias existentes, evitando intervenções de grande impacto sobre o território.

Outra linha de argumentação questiona a própria necessidade da nova infraestrutura rodoviária, sustentando que a região já dispõe de acessibilidades relevantes e que o investimento deveria privilegiar modos de transporte mais sustentáveis, nomeadamente a ferrovia. Neste enquadramento, entende-se que a mobilidade e o desenvolvimento territorial devem ser compatibilizados com a preservação ambiental e com uma utilização mais racional dos recursos públicos.

Em síntese, as participações discordantes não rejeitam necessariamente a necessidade de melhorar a mobilidade no concelho, mas defendem que a solução apresentada carece de maior fundamentação, de análise comparativa de alternativas e de uma abordagem mais equilibrada entre os benefícios de acessibilidade e os impactes ambientais, sociais, agrícolas e paisagísticos que poderá provocar.

Breve síntese das exposições de Entidades

A **Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso** apresenta um parecer favorável onde realça a importância da concretização da infraestrutura. No entendimento do Município, esta variante constitui uma aspiração antiga da população povoense e um investimento estratégico para o futuro do concelho, sendo considerada essencial para o seu desenvolvimento territorial, económico e social.

A Câmara Municipal defende que a nova via permitirá resolver problemas históricos de circulação na vila da Póvoa de Lanhoso, em particular os impactos resultantes da passagem de tráfego de atravessamento e de veículos pesados pelo centro urbano.

Segundo o Município, a variante contribuirá para melhorar a segurança rodoviária, reduzir os constrangimentos à mobilidade e aumentar a qualidade de vida da população, criando condições para uma convivência mais equilibrada entre o trânsito automóvel, os peões e os ciclistas.

A autarquia destaca igualmente a importância da infraestrutura para o reforço da competitividade económica do concelho. O projeto é apresentado como um fator de valorização das zonas industriais existentes e previstas, facilitando o acesso ao Parque Industrial de Fontarcada, ao Parque Industrial de Mirão, ao Ecoparque da Braval e ao futuro Parque de Acolhimento Empresarial. Na perspetiva municipal, a melhoria das acessibilidades poderá favorecer a captação de investimento, a criação de emprego e a fixação da população, contribuindo para combater fenómenos de desertificação e promover o desenvolvimento económico local.

A Câmara Municipal sustenta ainda que a nova variante permitirá melhorar o acesso dos munícipes a serviços essenciais, como estabelecimentos de ensino, unidades de saúde, serviços públicos e áreas comerciais. O desvio do tráfego de passagem para a nova infraestrutura deverá reduzir os tempos de deslocação, melhorar a fluidez do trânsito e aumentar a eficácia da resposta dos serviços de emergência.

O Município refere que o projeto incorpora medidas de integração paisagística e ambiental, incluindo a criação de corredores verdes, faixas arbóreas e percursos destinados a peões e ciclistas junto às ribeiras da Póvoa de Lanhoso e do Pregal. A Câmara conclui que a variante terá um efeito transformador no concelho, proporcionando benefícios ao nível da mobilidade, da atividade económica, do emprego e da qualidade de vida, razão pela qual defende a prossecução da sua concretização.

A **Junta de Freguesia de Galegos** manifesta uma posição favorável ao projeto e ao traçado proposto. A autarquia considera que esta infraestrutura constitui uma aspiração antiga da população e uma intervenção fundamental para o desenvolvimento da freguesia e de todo o concelho.

A Junta destaca que a nova variante permitirá melhorar significativamente a mobilidade, em particular para os veículos pesados e para o acesso às áreas industriais. Entende ainda que a obra poderá estimular o investimento empresarial, atrair novas empresas e contribuir para a criação de emprego, fatores considerados essenciais para a fixação das famílias e para a valorização profissional dos jovens no concelho.

A autarquia sustenta também que o traçado proposto salvaguarda adequadamente as questões ambientais, agrícolas e florestais, defendendo que as alterações no território se limitam ao estritamente necessário para a concretização do projeto. Adicionalmente, valoriza os novos acessos previstos para Galegos, considerando que estes reforçarão a segurança rodoviária, melhorarão as acessibilidades e favorecerão o desenvolvimento urbano da freguesia. A Junta salienta a importância da ligação direta que a variante proporcionará entre Galegos, o centro da vila da Póvoa de Lanhoso e as freguesias localizadas a sul do concelho.

A **Junta de Freguesia de Lanhoso** manifesta-se favoravelmente ao projeto, sublinhando que a sua principal preocupação é a defesa dos interesses e da qualidade de vida da população da freguesia. Considera que o projeto, em particular a ligação prevista entre a futura rotunda da Variante e a Rua de Chidelas, junto ao Lidl, constitui uma intervenção de elevado interesse público e estratégico para Lanhoso.

A Junta destaca que esta infraestrutura poderá desempenhar um papel estruturante na valorização do território, criando condições para o crescimento urbano, económico e empresarial ao longo do corredor da nova via. Defende ainda que o investimento poderá contribuir para a criação de riqueza, atração de investimento e fixação de população, elementos considerados essenciais para o desenvolvimento sustentável da freguesia. A Junta entende igualmente que o traçado apresentado responde aos interesses da população que representa, promovendo uma maior coesão territorial, melhorando significativamente as acessibilidades e reforçando a competitividade da freguesia no contexto do concelho da Póvoa de Lanhoso.

A autarquia considera que a concretização desta infraestrutura constitui um investimento estratégico para o presente e o futuro de Lanhoso, ao favorecer melhores condições de mobilidade, facilitar o acesso aos serviços essenciais e criar bases para um desenvolvimento equilibrado e sustentado do território.

A **Comissão Política Concelhia do PSD da Póvoa de Lanhoso** reconhece a importância estratégica da infraestrutura para melhorar a mobilidade, reforçar a segurança rodoviária, retirar o tráfego pesado do centro urbano da vila e apoiar o desenvolvimento económico do território.

Contudo, o PSD considera que a questão central do procedimento não é a necessidade da obra, mas sim a demonstração de que o corredor escolhido constitui, entre as alternativas possíveis, a solução que melhor serve o interesse público.

A Comissão Política Concelhia destaca ainda que a variante terá impactes permanentes relevantes sobre o território, designadamente na ocupação de solos, na Reserva Agrícola Nacional (RAN), na Reserva Ecológica Nacional (REN), nos recursos hídricos, na estrutura fundiária e na organização das explorações agrícolas e florestais. Embora reconheça que estes impactes foram identificados e acompanhados por medidas de minimização, o PSD entende que a magnitude da intervenção exige uma demonstração reforçada da proporcionalidade entre os custos territoriais e ambientais e os benefícios públicos esperados.

Outro aspeto valorizado pela Comissão Política Concelhia é a necessidade de comprovar a eficácia funcional da solução proposta. O documento refere que os benefícios anunciados, como a redução do tráfego de atravessamento, a melhoria da qualidade do ar, a diminuição do ruído, o reforço da segurança rodoviária e o estímulo ao desenvolvimento económico, devem ser sustentados por uma relação clara entre os estudos realizados, os pressupostos do projeto e os resultados efetivamente esperados.

A participação sublinha igualmente a dimensão regional da infraestrutura, defendendo que a variante deve ser analisada não apenas enquanto solução para a

Póvoa de Lanhoso, mas também como elemento de ligação aos principais polos territoriais envolventes, nomeadamente Braga, Guimarães, Fafe, Amares, Vieira do Minho e Gerês. Neste contexto, considera importante demonstrar a coerência da solução com os instrumentos de planeamento territorial e de mobilidade, bem como a sua contribuição para a conectividade regional e para a competitividade económica do concelho.

O PSD da Póvoa de Lanhoso solicita que a decisão administrativa final evidencie, de forma expressa, clara e fundamentada, que o corredor selecionado é a melhor solução entre as alternativas consideradas, que os benefícios públicos invocados estão devidamente demonstrados, que os impactes são proporcionais aos benefícios esperados e que a infraestrutura se enquadra numa estratégia coerente de desenvolvimento e mobilidade regional. A Comissão considera que apenas uma fundamentação transparente e tecnicamente robusta permitirá assegurar a confiança dos cidadãos e demonstrar que a solução escolhida é a que melhor prossegue o interesse público.

Os **Membros eleitos da Assembleia de Freguesia de Lanhoso pelo PSD** manifestam profunda preocupação com os impactes previstos para a freguesia de Lanhoso. Consideram que esta será a freguesia mais afetada pelo traçado proposto, uma vez que uma parte significativa da nova via atravessará o seu território, trazendo consequências negativas ao nível do ruído, da poluição atmosférica e dos potenciais impactes nas linhas de água locais.

Os eleitos do PSD salientam que, apesar de a variante passar muito próxima das habitações dos lanhosenses, o projeto não prevê acessos diretos à freguesia. Na sua perspetiva, a população local suportará os custos da perda do carácter tranquilo e rural da freguesia, sem beneficiar de melhorias significativas em termos de acessibilidade. Defendem que esta situação representa uma injustiça para uma freguesia que tem vindo a registar crescimento populacional e que se localiza junto à sede do concelho.

A participação destaca ainda os potenciais efeitos na qualidade de vida da população, nomeadamente devido ao aumento da poluição do ar e do ruído, fatores que poderão afetar o bem-estar e a saúde dos residentes. Os membros eleitos questionam igualmente se foram analisadas todas as alternativas possíveis para o traçado da variante, considerando que a solução proposta apresenta desníveis acentuados e poderá não corresponder à opção mais segura nem à mais vantajosa para servir as diferentes populações do concelho.

Embora reconheçam que a obra é importante e essencial para o desenvolvimento da Póvoa de Lanhoso, entendem que a sua conceção deve assentar numa visão estratégica de longo prazo. Defendem que a futura circular deve não apenas retirar tráfego do centro urbano, mas também criar condições para uma melhor distribuição da circulação pelas vias secundárias, respondendo às necessidades futuras de crescimento do concelho.

Os membros eleitos da Assembleia de Freguesia de Lanhoso pelo PSD consideram que o projeto necessita de uma análise mais aprofundada e de uma eventual

reformulação, de forma a constituir uma solução duradoura e eficaz para os problemas de mobilidade do concelho. Por essa razão, apelam à salvaguarda dos interesses da população de Lanhoso e à adoção de soluções que promovam o crescimento da freguesia sem comprometer a qualidade de vida dos seus habitantes.

O **Movimento Cívico-Político "Os Independentes"** manifesta a sua discordância, apesar de reconhecer a importância de uma nova infraestrutura rodoviária para melhorar a mobilidade no concelho da Póvoa de Lanhoso, aumentar a segurança rodoviária e retirar o tráfego pesado do centro urbano. No entanto, considera que estes objetivos não justificam a aprovação do traçado atualmente proposto, defendendo a sua rejeição e a elaboração de uma alternativa com menor impacte ambiental e territorial.

O Movimento salienta os impactes negativos da solução apresentada sobre áreas classificadas da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e da Reserva Ecológica Nacional (REN). Segundo o movimento, o traçado afeta solos de elevado valor agrícola e ecológico, além de linhas de água, sistemas tradicionais de regadio e habitats locais, particularmente nas zonas de Galegos e da Rua Poça de Chidelas. Os Independentes entendem que o EIA não demonstra de forma convincente que a opção escolhida seja a mais favorável do ponto de vista ambiental, propondo a realização de um estudo comparativo de alternativas que reduza significativamente estes impactes.

O Movimento também questiona a articulação da variante com a requalificação da EN205, que se encontra em curso. Na sua perspetiva, o projeto deveria demonstrar de forma mais clara a complementaridade entre ambas as intervenções, evitando duplicações de infraestruturas e assegurando uma utilização eficiente dos recursos públicos. Considera que a inexistência dessa coordenação estratégica pode conduzir a custos acrescidos de construção e manutenção, sem benefícios proporcionais para a população.

Relativamente à sustentabilidade económica e territorial, Os Independentes defendem que o projeto não apresenta uma ponderação adequada entre os benefícios esperados e os custos ambientais, sociais e financeiros associados. Sustentam que um traçado alternativo, menos intrusivo e mais ajustado às condicionantes existentes, permitiria reduzir os impactes ambientais, facilitar o licenciamento e preservar recursos financeiros que poderiam ser aplicados noutras necessidades estruturais do concelho, nomeadamente nas áreas do abastecimento de água, saneamento básico e valorização das freguesias.

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Variante à EN103 e ER205
AIA 3863

Assinado por: **Miguel Nogueira Couchinho**

Miguel Couchinho